

Duas sátiras de escritoras anônimas do século XVI

Marcia Arruda Franco* 

Este artigo vincula-se ao primeiro dos objetivos do Grupo de Pesquisa Reescrever o século XVI (CNPq/USP): Estudar o amplo século XVI pela análise e interpretação de fontes quinhentistas, do ponto de vista da história cultural e de prática ciberfilológica, isto é, aquela que visa atualizar a escrita dos textos estudados, para facilitar a sua leitura, ao lado de cópias digitais de seus testemunhos antigos. Não se trata em absoluto de fazer revisionismo negacionista da história, excluindo acontecimentos, mas, ao contrário, de se levar adiante uma revisão histórica que inclua acontecimentos esquecidos pelo discurso oficial, no caso a escrita de mulheres no século XVI. A finalidade não seria abrir uma alínea sobre a escrita de mulheres na história já instituída das letras masculinas, mas sim a de produzir a história da escrita de mulheres, segundo uma tipologia de autoras, em interação com a cultura patriarcal hegemônica.

Para isto é fundamental a ida aos arquivos como nos diz a Antologia Improvável:

a investigação sistemática dos fundos dos arquivos e bibliotecas portuguesas veio revelar a existência de numerosos testemunhos, manuscritos e impressos, que comprovam o envolvimento das mulheres do passado com a palavra escrita, quer enquanto produtoras, quer enquanto consumidoras (ANASTÁCIO, 2013, p. 20).

Em 1995, quando ainda estava desenvolvendo os estudos para o doutoramento na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), apresentei, no II Congresso Internacional “Os rostos femininos da Expansão Portuguesa”, realizado na Casa de Portugal, em São Paulo, na primeira sessão do evento, a comunicação “Leonor de Mascarenhas - A Marquesa de Pescara Portuguesa”. Nesse momento, falava-se menos de autoras e o foco era a presença da mulher num discurso eminentemente de autores masculinos. A estudiosa que falou na mesma sessão, antes da minha fala, apresentou uma bela comunicação sobre a rainha santa, mulher de D. Dinis, de acordo com os textos escritos a respeito dela. Mas Leonor de Mascarenhas, mulher excepcional, era escritora e poeta nos serões do paço, em dois diálogos poéticos de rimas dissolutas com Bernardim Ribeiro e Sá de Miranda, o que este último fez questão de preservar na primeira remessa de sua poesia ao príncipe D. João, com a nota explicativa: “Pelo dela que é cousa rara, pus aqui isto, por que se veja que também Portugal teve a sua Marquesa de Pescara” (MIRANDA, 2011, p. 81). Depois vim a estudar o envolvimento dessa ‘senhora muito lida’ com o início da Companhia de

* Professora Doutora Livre-docente de Literatura Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2301-9671>. E-mail: mmaf@usp.br

Jesus, quando já vivia em Castela, como aia diletta dos filhos de Carlos V. A culta dama portuguesa fora para lá no séquito da imperatriz Isabel, em 1527. Ela e a Princesa de Portugal, Juana de Áustria, cujos textos são pouco conhecidos e estudados, são as únicas mulheres jesuítas de que se tem conhecimento. Como Leonor de Mascarenhas, as duas filhas de Carlos V, sobretudo a imperatriz Maria¹, ao lado de outras damas portuguesas, foram mecenas da nascente Companhia de Jesus, subsidiaram os jesuítas com sua fortuna herdada dos pais ou do marido, fundando conventos e colégios, onde eram internas órfãs e algumas mulheres resgatadas da ‘mão do mundo’. Outras damas espanholas e portuguesas cujo patronato ajudou os primórdios da Companhia de Jesus foram, de acordo com Hufton (2001), Leonora de Vega Osorio, consorte do embaixador imperial Juan de Vega e sua filha, a condessa de Luna (p. 331, 351), Margarita Coloma, esposa do governador de Cremona (p. 343), Dona Beatriz de Melo, também dama da Imperatriz Isabel (p. 335), Dona Maria Mendoza, esposa de Lope de Gusmán e dama de Margarida de Áustria (p. 341, 348), Estefânia Manrique, de Castela, que fundou o colégio em Toledo (p. 353), entre outras.

Quando estudava para este artigo, deparei-me com a tradução para o inglês de trecho de uma carta de Leonor de Mascarenhas a Pierre Favre, colega em Paris de Francisco Xavier e Ignácio de Loyola, que me parece reiterar o que é dito no primeiro diálogo poético com Francisco de Sá de Miranda e Bernardim Ribeiro:

Leonor Mascareñas, herself, in a letter to Peter Faber written in 1542, made no secret of her particular conviction: ‘I would with readiness choose the life of perfection, that is, follow you and Ignatius, if I were a man. But I am only a woman, a sinner making no progress in virtue, and I may not join you in meditating and discussing holy things, much less those that concern the Company of Ignatius’. (HUFTON, 2001, p. 337)

Cito agora a sextilha:

¹ «The children of Charles V, himself no lover of the Jesuits, followed not their father but their governess. The change was most apparent in the two infantas, Maria and Juana who fervently embraced their governess’s commitment to the Society». «[...] The infanta, Maria, who became wife to Archduke Maximilian, later king of Bohemia and then emperor of Germany, was herself to be instrumental in the introduction of the Jesuits into Vienna and their further spread into central Europe. While in Vienna, her position made her a point of reception for the Society and she continued to maintain epistolary contact with friends in Spain. When widowed, she returned to Madrid and her entourage was generally receptive to Jesuit ideals.» (HUFTON, 2001, p. 336). «[...] We need to recognize that the linkage between Leonor Mascarenhas and the two infantas survived their foreign marriages. Both eventually followed the governess into the convent she had founded in Madrid. The lasting monument of the association between the three women was the Colegio Imperial in Madrid. The first major donation to start the foundation was made by Mascarenhas in 1563, when she left 1200 ducats to begin the work. Two important men, including Francesco Cisneros, followed with similar sums, but these paled into insignificance before the donation of Juana in 1573, followed by her will leaving an endowment income of 2000 ducats. This in turn was superceded by the bequest of the Empress Maria, whose imperial status became reflected in the title of the college. She in fact was named as foundress (verdadera patrona, dotadora, y fundadora del dicho colegio), which meant that at the annual commemoration ceremony she received the founder’s candle.» (HUFTON, 2001, p. 337).

Respondeu a Senhora Dona Leonor Mascarenhas²

Uma cousa cuidava eu,
 Que não sou para estas cousas,
 Razão fora não cuidar
 Em tão sem razão cuidados,
 Pois hei de sofrer a outrem
 Culpas que não têm perdão?
 (MIRANDA, 2011, p. 79)

Leonor de Mascarenhas dá voz ao dilema das escritoras nos primórdios do período moderno no âmbito da sociedade patriarcal monárquica, onde as mulheres só eram escutadas na medida do seu património e poder na corte, sempre com a manifestação, diante do respaldo de figuras masculinas, da humildade requerida à mulher, cujo desamparo social Sá de Miranda comparava ao de órfãos e à pobreza dos mesteres em sua Carta ao rei D. João III:

Então tristes das mulheres,
 Tristes dos órfãos coitados,
 E a pobreza dos mesteres,
 Que nem falar são ousados
 Diante os mores poderes
 (MIRANDA, 2011, p. 150).

Antes de enfocarmos as duas cartas escritas por mulheres anônimas e preservadas no Códice 8571 da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), vale a pena ter em mente que tais miscelâneas, em sua maioria, foram construídas por bibliófilos e bibliotecários³, isto é, os códices foram constituídos e nomeados nos arquivos e bibliotecas, segundo políticas culturais pouco entusiastas de determinados gêneros e menos ainda da escrita de mulheres. Por exemplo o carácter jocoso do Códice 8571 apenas recentemente foi ressaltado na sua catalogação na BNP. A anotação do arquivista remete à Biblioteca Lusitana, de Barbosa Machado, no início do códice, com a menção ao carácter satírico, seja pela referência a Chiado seja às parvoíces:

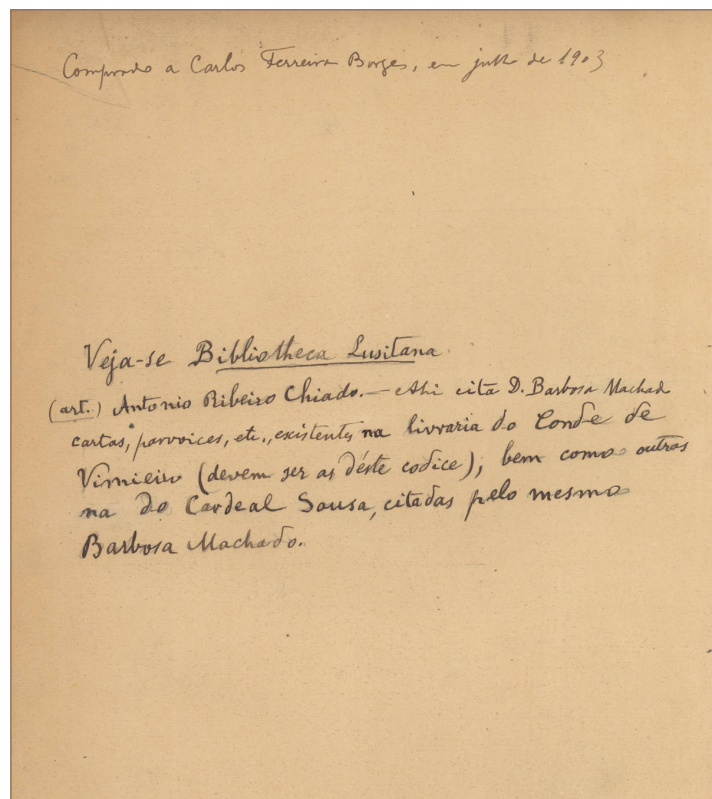
² Dama da Rainha Dona Maria, segunda mulher de Dom Manuel, cujo rosto está presente nas Obras do celebrado lusitano o Doutor Francisco de Sá de Miranda, de 1595.

³ Para a constituição das miscelâneas e seus diversos ‘autores’, ver Gibson (2012, p. 85-100).

O Cód. 8571, onde estão copiadas as nossas duas cartas de mulheres, foi desmembrado e criado o Cód. 8572: “Textos literários, de carácter histórico e apontamentos vários [manuscrito]”. A Nota da sua ficha catalográfica explica: “No f. 15 v. consta a indicação de que o documento foi escrito no sexto ano do reinado de Henrique III, ou seja, 1580.

A data de 1634 foi estabelecida a partir da referência à permanência de D. Duarte de Bragança na corte de Madrid (f. 23). Cfr. D. António Caetano de Sousa, Vol. VI, p. 325.

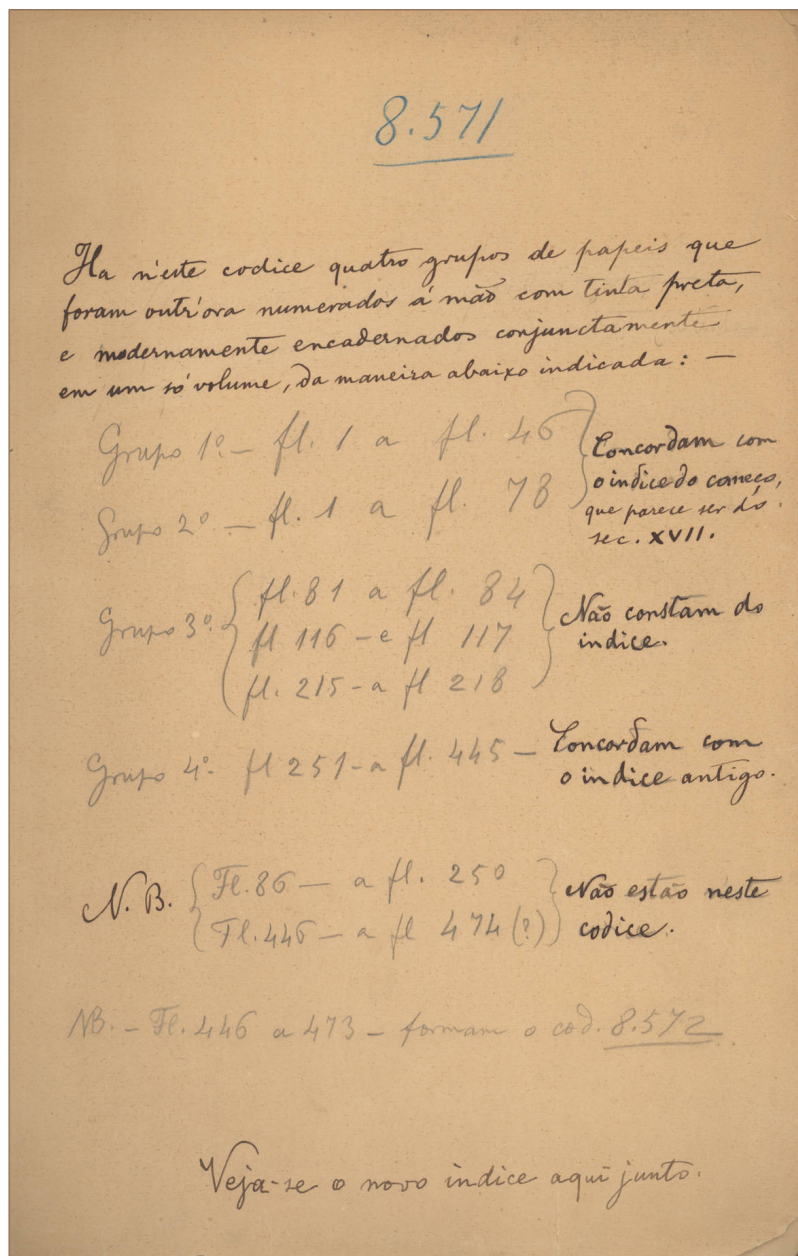
Enc. em época posterior, em cartão revestido a pele castanha decorada com ferros dourados; agrega documentos de dimensões diversas, tendo resultado de textos desagregados do COD. 8571”.

Figura 1 – Anotações do bibliotecário no Códice 8571 BNP.

Fonte: Códice 8571 da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP).

Mas a antiga titulação, que aparecia no catálogo da BNP, inicialmente, desconsiderou o seu carácter jocoso. Segundo a atual ficha catalográfica “A compilação terá sido realizada por Manuel Severim de Faria, de acordo com o inventário em fichas da colecção de manuscritos da BNP, tendo sido intitulada “Miscellanea. Peças de litteratura, historia, genealogia, etc. Do chantre Severim de Faria. Copias e alguns originais dos sécs. XVI e XVII”. Depois o título foi mudado para “Textos literários de carácter histórico, genealógico, apontamentos sobre várias matérias”, 1583 a meados do século XVII. Mais de acordo com a referência na Biblioteca Lusitana e ao carácter satírico da compilação, a miscelânea agora ostenta outro título, o terceiro, no catálogo da BNP: “Textos literários, alguns jocosos, textos de carácter histórico, genealógico, apontamentos sobre várias matérias (1551-1650)”. Se antes se tratava de datar o códice segundo o percurso temporal vivido pelo compilador, agora o enfoque está na datação dos textos copiados. Entre uma e outra titulação, provavelmente em decorrência de estudos encetados a respeito do códice que valorizam o discurso satírico, foi ressaltado o seu carácter jocoso.

O Códice 8571 desnuda o processo de sua constituição no arquivo, pelo zelo do bibliotecário em explicá-lo ao produzir um novo índice:

Figura 2 – Índice do Códice 8571 BNP feito pelo bibliotecário.

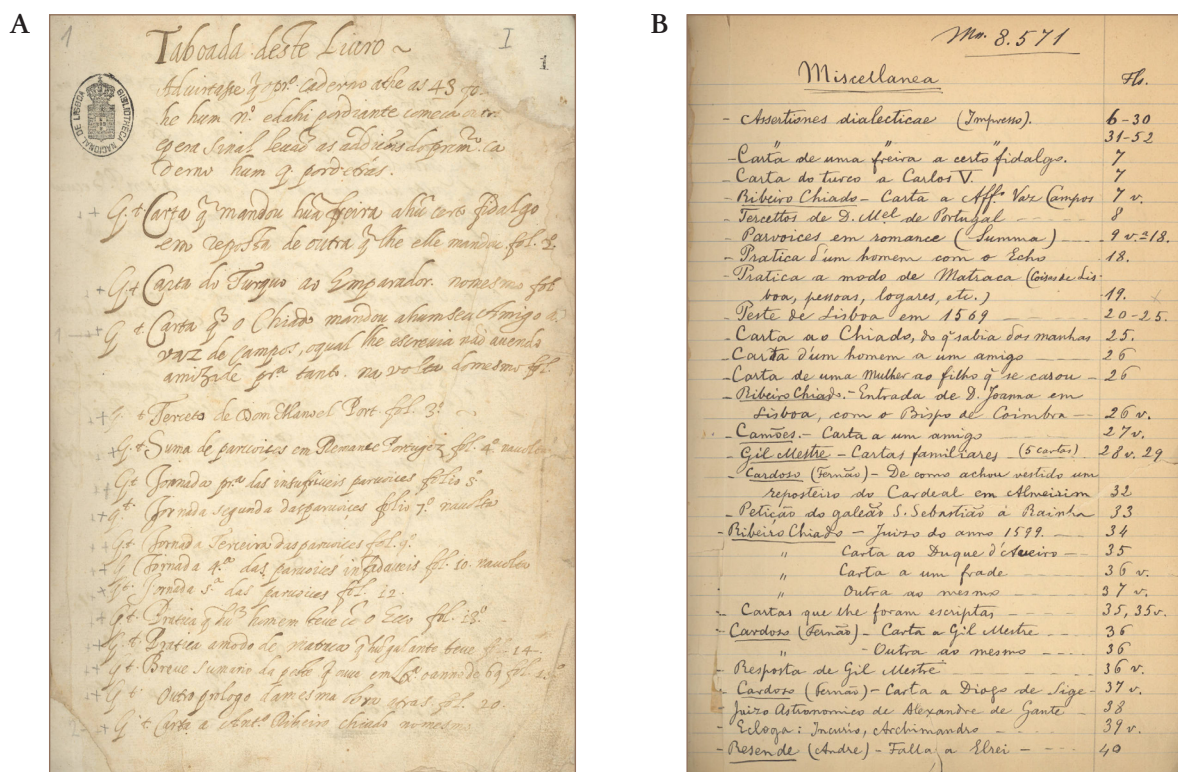
Fonte: Códice 8571 da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP).

Em suma, como salientam os estudiosos ingleses das miscelâneas relativas ao período em questão, os textos antigos adquirem tanto uma sobrevida quanto novos compiladores nos novos contextos codicológicos, cuja significação manifesta as políticas de preservação e classificação dos arquivos e

bibliotecas assim como o ponto de vista da crítica literária⁴. Estes diferentes sentidos conferidos pelo próprio arquivo aos textos preservados não nos isentam, evidentemente, de os ler na situação pragmática que os gerou como voz e testemunho do seu tempo.

Apesar do desnudamento do caráter jocoso da miscelânea em questão, na presente catalogação do Códice 8571 ainda há omissão que atinge em cheio uma das nossas cartas satíricas, a que foi escrita por uma freira e que desenvolve a tópica do amor freirático. Nos dois índices manuscritos apostos ao códice, pelo bibliotecário e pelo escriba antigo, depois do primeiro texto compilado, um impresso escrito em latim, no fol. 7, antigo fol. 2, está a indicação da carta manuscrita “Carta que mandou uma freira a um certo fidalgo em resposta de outra que lhe ele mandou”, no índice original, e “Carta de uma freira a certo fidalgo”, no índice composto pelo bibliotecário:

Figura 3 – (A) Taboada original do Cód. 8571 BNP. (B) Índice refeito da miscelânea que constitui o Cód. 8571 BNP.



Na ficha catalográfica do Cód. 8571, da BNP, entretanto, o fol. 7 começaria com uma carta que refere um acontecimento histórico notório. Note-se que não se escreve apenas “Carta do Turco a Carlos V”, como está nos dois índices, mas sim “Carta do Turco ao Imperador Carlos V desafiando-o para a guerra em 1542, (f. 7)”, copiando-se a rubrica que encima a carta. Provavelmente a omissão se deva à censura em relação à prática da sátira, pois obriga a esquecer a referência circunstanciada no mundo português da tópica-teológico-política do amor freirático⁵, cuja pragmática satírica se propõe como “arte de enganos” (HANSEN, 2003, p. 85).

Embora o “mal-dizer” em trovas seja considerado um crime em todas as Ordenações portuguesas, podendo acarretar a prisão do autor satírico⁶, como argumenta João Adolfo Hansen, “em seu tempo, a sátira [...] não prescreve superação do estado de coisas que vitupera, mas propõe o costume antigo, defendendo a manutenção dos privilégios. O alvo principal da sua vituperação são ações que, por ameaçar e destruir a coesão pressuposta no conceito de “bem comum”, são constituídas como abusos *contra naturam*, vício moral, erro político, heresia religiosa, que corrompem os bons usos estabelecidos.” (HANSEN, 2003, p. 71). Em outras palavras, ao denunciar o vício, a sátira, pelo riso morigerador e incitada pela indignação, pretende pôr o mundo em ordem segundo os valores hegemônicos. Por isso mesmo, o seu discurso baixo e vituperador não foi bem recebido entre os detentores do poder monárquico.

O tecido regulado das letras, no Antigo Regime, não se refere diretamente à realidade da vida, mas o faz indiretamente, a ela remetendo pelo conjunto de lugares-comuns, tropos e figuras; em outras palavras, nas monarquias cristãs, o discurso ficcional não é o único tecido por estrutura regulada de acordo a ideário e imaginário da cultura, em situações pragmáticas de proferimento discursivo. As cartas particulares em prosa, por sua vez, também colocam na cena da escrita e da leitura a *persona*,

the standard model of epistolarity, which conceptualizes early modern letter writing as a closed two-sided exchange anchored within a historically specific moment. Instead what emerges is a much more fluid, multi-agent collaborative process of writing, delivery, and reading, with letters achieving a considerable degree of textual afterlife, generating new meanings and applications in new contexts and conditions.

⁵ João Adolfo Hansen (2003, p. 78) explica que o “amor freirático é uma prática *contra naturam*, lembrando-se que natura, no caso, é a ordem legítima da procriação”. “Uma das maneiras mais usuais de sua composição é a dramatização dos boatos de visitas masculinas ao convento. O assunto envolve a relação das freiras com as várias castas de homens com acesso ao claustro – o pessoal eclesiástico, padres, frades, vigários, capelães, confessores, mas também músicos, arquitetos, administradores, parentes e, principalmente, leigos afdalgados, freiráticos dispostos ao amor *contra naturam*. [...] Mais lugares-comuns tradicionais, como os da gula, luxúria, usura e simonia do clero, são cruzados com a tópica do amor freirático, produzindo-se a desproporção monstruosa dos vícios de religiosos e a apologia do erotismo de discretos seculares, caracterizados como tipos “modernos” que falam agongorado e penetram no “convento conversativo” para trocar agudezas com as freiras” (HANSEN, 2003, p. 79). O que é o “amor freirático”? Por definição, como se lê nos poemas, um amor político, uma relação erótica excludente, que reitera a hierarquia reafirmando nos laços que unem freira e freirático os privilégios e a distinção dos “melhores” ainda quando a desestabiliza, aparentemente, com o vício *contra naturam* (HANSEN, 2003, p. 81).

⁶ O “maldizer em trovas”, como se pode ler nas Ordenações Manuelinas, Título, LXXIX, “Das cartas defamatorias, que se lançam por mal dizer. E dos mexeriqueiros”, era gravemente punido: “E quanto ao que fez o tal escripto, ou carta, ou trovas de mal dizer, mandamos que haja maior pena da que merecia, se o parceiramente, e em presença daquelle, que doesta, ou defamou, o dissesse, avendose respeito aa qualidade das palauras, e defamaçam, e assi das pessoas, contra quem os taees escriptos, ou trovas sam feitas. O que queremos que seja grauemente punido”.

tanto do remetente como do destinatário, que compartilham a mesma concepção regrada de acordo a situações específicas do cotidiano monárquico. A escrita, interceptada pela regulação imaginária e ideológica, pressupõe a leitura em situação, ou seja, é pragmática e se dá como acontecimento, mas o seu alcance se limita ao verossímil.

Nos discursos letrados, o amor-freirático funciona como tópica-teológico-política que vitupera a prática, sobretudo de fidalgos cortesãos, mas não a estes restrita, de cortejarem as freiras internas em conventos. Sabe-se que no período moderno e também no medieval em função da instituição do morgado, em que apenas o primogênito herdava os bens e o título de nobreza da família, segundogênitos e a prole feminina eram direcionados ao serviço da igreja. Não se tratava de vocação para a vida religiosa nem para o celibato e menos ainda de deixar o mundo e viver em reclusão no serviço a Deus, o que gerava a prática social do amor freirático e ainda transporta a sociabilidade cortesã para o espaço de interação entre as reclusas no convento e os seus cortejadores. A *persona* do freirático trata a freira do alto da sua misoginia e ela se comporta de acordo à tradição da corte, caprichosa a exigir provas de amor que corroborem o *status da persona* do freirático. Na ‘Carta que mandou uma freira a um certo fidalgo em resposta de outra que lhe ele mandou’, não sem lançar mão dos dispositivos retóricos, a freira afirma a sua saída do mundo e parece fingir se espantar de nele ter sido lembrada pelo freirático, autor da carta. Esta lhe foi entregue, através da grade ou roda, por um moço mandado pelo fidalgo que, ao entregar à freira a sua carta, travou contato verbal com ela pelo ralo – lugares de interação entre as reclusas e o mundo⁷. Em resposta à pergunta da freira, o moço revela que o freirático era da Ilha da Madeira, o que ela não põe em dúvida, porque a proveniência do remetente se comprovaria pela leitura da carta, cuja linguagem revelaria se tratar de cortejador de fora da corte, capaz de escrever com sentimentos ainda que de forma discreta, isto é, não para freiras vulgares, mas sim para as sofisticadas e entendidas na arte de serem cortejadas. O juízo ambíguo e jocoso da freira cada vez mais é sublinhado ao longo da breve carta, ao exigir do freirático que a corteja o cumprimento de uma tarefa: saber, dar notícias, do seu primo dela, de quem ela muito se sente, porque a enganou... Dependendo do desempenho do freirático relativamente à consecução dessa exigência da freira-dama, esta verá o que poderá fazer pelo cortejador. Aqui se produz o vitupério, pela *persona* da freira, contra o amor freirático. Se o freirático

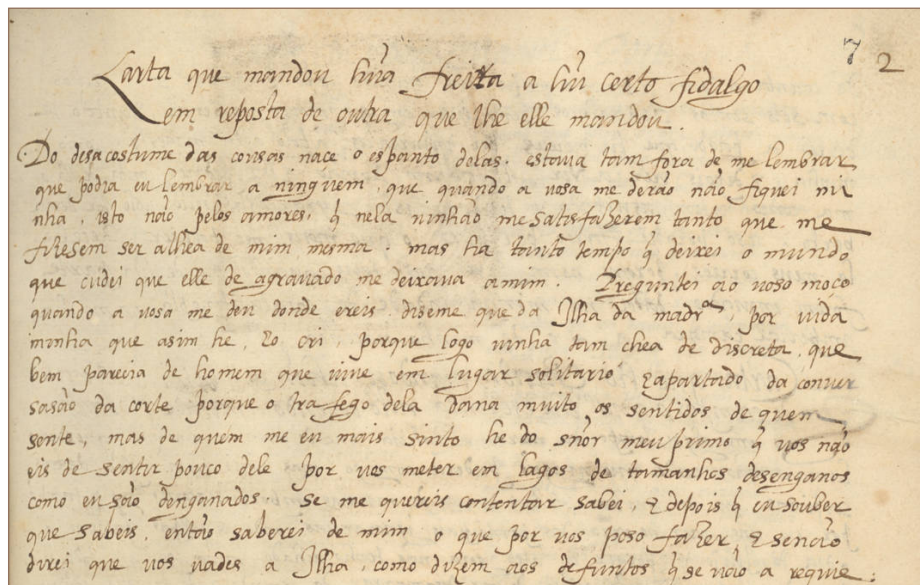
⁷ “Na sátira baiana, o termo “ralo” nomeia uma lâmina de latão ou cobre com furos; geralmente quadrada, incrusta-se numa porta ou janela à altura do rosto, permitindo que se fale de um aposento para outro sem que os falantes se vejam, mantendo-se porta ou janela convenientemente trancadas para se evitar o melhor. Em muitos poemas, a freira costuma usar um banquinho para alcançar a altura do ralo e conversar: “quando a Freira sobre o banco/ no ralo me aguardará (OC, IV, p. 859)” (HANSEN, 2003, p. 83). “Depois da fala no ralo, vai-se para a ação na grade, as barras de ferro do locutório que separam visitantes e freiras. A grade separa os corpos, mas não impede, como se viu, braços arregaçados em um trocadilho jocoso, “ofício”: “Daí para a grade iremos,/ e apenas terei entrado,/ quando o braço arregaçado/ aos ofícios nos poremos (OC, IV, p. 859)” (HANSEN, 2003, p. 83). “Quanto ao termo “roda”, nomeia a espécie de armário provido de um mecanismo giratório montado numa janela ou na grade, movimentando-se para dentro e para fora. Nas prateleiras da roda, o freirático manda para dentro as metonímias do seu desejo – prendas, flores, bilhetinhos, fitas, lenços, açúcar, *cartas*, relógios, anéis, brincos, holandas, livros, poemas – sempre hierarquizadas segundo o grau do amor e a intensidade do desejo de persuadir a freira. Na roda saem as prendas da religiosa – geralmente, os afamados doces de ovos que, provados pelo freirático, são suavidades metafóricas que antecipam as maiores doçuras do amor prometido.” (HANSEN, 2003, p. 83).

falhar, com bastante humor jocoso, a freira ameaça dispensá-lo para a vida eterna com uma missa de réquiem, lançando mão de um ditado presente em Moraes Silva (1789). Leiamos a carta na minha transcrição semi-atualizadora, ao lado do seu fac-símile digital:

**Carta que mandou uma freira a um certo fidalgo
em resposta de outra que lhe elle mandou**
(BNP Cód. 8571, fol. 7r)

Do desacostume das cousas nasce o espanto delas; estava tão fora de me lembrar que podia eu lembrar a ninguém que, quando a vossa me deram, não fiquei minha, isto não pelos amores que nela vinham me satisfazerem tanto que me fizessem ser alheia de mim mesma, mas há tanto tempo que deixei o mundo que cuidei que ele de agravao me deixava a mim. Preguntei ao vosso moço quando a vossa me deu donde éreis, disse-me que da Ilha da Madeira, por vida minha que assim é. E o cri porque logo vinha tão cheia de discreta que bem parecia de homem que vive em lugar solitário e apartado da conversação da corte porque o trátego dela dana muito os sentidos de quem sente, mas de quem me eu mais sinto é do senhor meu primo que vos não eis de sentir pouco dele por vos meter em lagos de tamanhos desenganos como eu são d'enganados. Se me quereis contentar sabei e depois que eu souber que sabeis então sabereis de mim o que por vós posso fazer, e se não direi que vos vades a Ilha, como dizem aos defuntos que se vão a réquiem.⁸

Figura 4 – Carta que mandou hũa freira a hu certo fidalgo em reposta de outra que lhe elle mandou. Cód. 8571 BNP.



Fonte: Códice 8571 da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP).

⁸ Moraes Silva (1789): REQUIE, s. f. descanso. Arraes 10, 52: paz e requie do ânimo, § Missa de requie, isto é, pela alma de algum defunto. Manda-lo a mil requias. É nosso réquiem mas com o sentido jocoso implícito na frase da freira.

A “Carta que uma mãe mandou a seu filho porque se casou a furto” também opera sobre diversas tópicas-teológico-políticas presentes nos discursos satíricos do período, atualizando os seus referentes no âmbito do império português. O CASAMENTO A FURTO era a solução para os que não obtinham o “acordo necessário do rei ou da autoridade das famílias”. A solução era o fato consumado, o ‘casamento a furto’, ou clandestino, cujo “cerimonial era o das palavras de presente: os nubentes davam-se as mãos e declaravam-se, ante Deus e como manda a Santa Madre Igreja, recebidos por marido e mulher” (SARAIVA, 1978, p. 179-180). Como explica Hermano Saraiva, esta modalidade de casamento por palavras de presente teve longa duração na sociedade de corte e foi frequente no século XVI, propiciando a série de acusações por bigamia. Por isso, um mínimo de publicidade era exigido pela Igreja: duas testemunhas, pois *unus testis nullus testis*, e que as palavras de presente fossem proferidas à porta de uma igreja. Tal modalidade de casamento poderia ser desfeito seja pelo juramento da mulher que negava a ‘cópula carnal’ seja por duas testemunhas que o negassem. “Nas Ordenações estabelecia-se que no casamento clandestino não houvesse comunhão de bens” (SARAIVA, 1978, p. 180). Estas regras se dirigem à noiva, funcionam para o “casamento com ‘mulher virgem ou viúva honesta’, que não passem de 25 anos, [que] dependia do consentimento da família. A falta de autorização levava à perda de todos os bens e a um ano de degredo em África. Mas quando as famílias eram poderosas, o castigo podia ser muito mais severo.” (SARAIVA, 1978, p. 180). Um ‘casamento desigual’ era encarado com severidade pela estratificada sociedade de corte. Na nossa carta, porém, quem casa a furto é o filho da remetente, cujo casamento por palavras de presente não precisaria da autorização da mãe, provavelmente viúva. A gestão dos bens da família era dependente da autoridade masculina, no caso, representada pelo filho. Este largou o almejado serviço em casa senhorial, para o qual entrava-se “em idade de menino” – é sabido que João de Barros começou a servir no paço “na idade em que se jogava pião” e “Fernão Mendes Pinto, entre os 10 e 12 anos, para fugir “a estreita miséria da casa de [seus] pais” (SARAIVA, 1978, p. 124). O serviço em uma casa senhorial era a opção mais favorável aos que queriam fazer carreira na sociedade de corte “até um dia ser criado em casa d’el-rei”. O filho da nossa autora, porém, ao se casar a furto, desperdiça tal excelente serviço, que o mantinha, traindo, aos seus olhos de mãe, a lealdade que ao senhor da casa era devida.

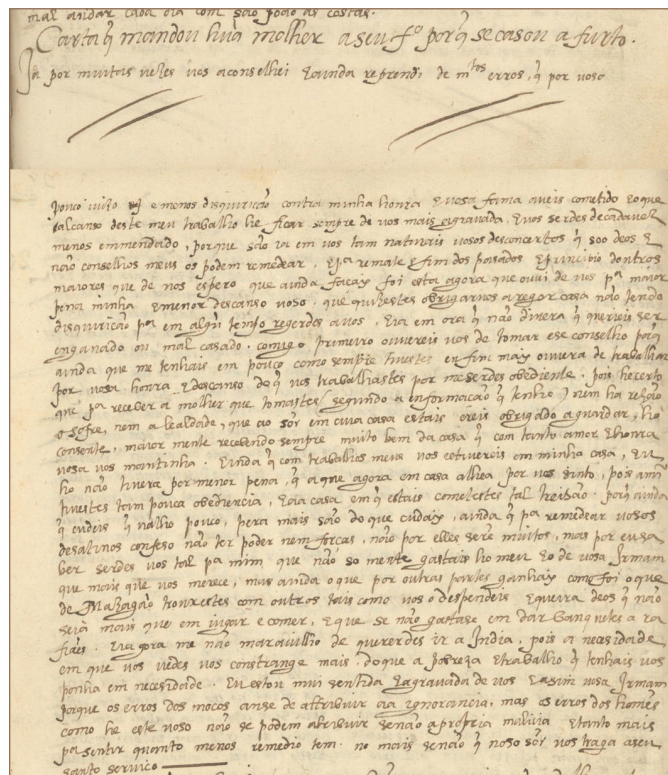
O serviço no Mazagão também era obrigatório para quem quisesse se qualificar para a carreira militar, habilitando-se o cavaleiro para o serviço consecutivo nas Índias (MATOS, 1991), ou mesmo para conseguir a mercê real e residir na corte. O filho, como vitupera a denúncia feita por sua mãe, leva uma vida de jogar, beber e comer na companhia de rufiões, deixando as mulheres da família, mãe e irmã, sem amparo e desprotegidas, pois gasta o seu e o delas. Leiamos, seguida do fac-símile digital, a

Carta que mandou uma mulher a seu filho porque se casou a furto
(BNP Cód. 8571, fol. 26)

Já por muitas vezes vos aconselhei e ainda repreendi de muitos erros que por vosso pouco juízo e menos discrição contra minha honra e vossa fama haveis cometido. E o que alcanço deste meu trabalho é ficar sempre de vós mais agravada. E vós serdes de cada vez menos emendado, porque são já em vós tão naturais vossos desconcertos que só Deus e não conselhos meus os podem remediar. E já remate e fim dos passados e princípio doutros maiores que de vós espero que ainda façais foi esta agora que ouvi de vós para maior pena minha e

menor descanso vosso, que quisestes obrigar-vos a reger casa não tendo discrição por em algum tempo regerdes a vós. Era em hora que não dissera que querieis ser enganado ou mal casado. Comigo primeiro houvéreis-vos de tomar esse conselho, porque ainda que me tenhais em pouco, como sempre tivestes, enfim, mais houvera de trabalhar por vossa honra e descanso do que vós trabalhastes por me serdes obediente, pois é certo que para receber a mulher que tomastes (segundo a informação que tenho) nem a razão o sofre, nem a lealdade que ao senhor em cuja casa estais éreis obrigado a guardar a consente, e maiormente recebendo sempre muito bem da casa que com tanto amor e honra vossa vos mantinha. E inda que com trabalhos meus, vós estivéreis em minha casa, eu o não tivera por menor pena, que a que agora em casa alheia por vós sinto, pois a mim tivestes tão pouca obediência, e à casa em que estais cometestes tal traição, porque ainda que cuideis que valho pouco, para mais sou do que cuidais, ainda que para remediar vossos desatinos confesso não ter poder nem forças, não por eles serem muitos, mas por eu saber serdes-vos tal para mim, que não somente gastais o meu e o de vossa irmã, que mais que vós merece, mas ainda o que por outras partes ganhais, como foi o que de Mazagão trouxestes, com outros tais como vós o despendeis. E queira Deus que não será mais que jogar e comer. E que se não gastasse em dar banquetes a rufiões. E já agora não me maravilho de quererdes ir a Índia, pois a necessidade em que vos vedes vos constringe mais do que a pobreza e trabalho que tenhais vos ponha em necessidade. Eu estou mui sentida e agravada de vós e assim vossa irmã, porque os erros dos moços hão-se de atribuir à ignorância, mas os erros dos homens, como é este vosso, não se podem atribuir senão à própria malícia. E tanto mais por sentir quanto menos remédio tem, no mais, senão que Nosso Senhor vos traga a seu santo serviço.

Figura 5 – Carta q. mandou hua molher a seu f^o porq se casou a furto. Cód. 8571 BNP.



Fonte: Códice 8571 da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP).

Esta busca, em códices manuscritos, por cartas escritas por mulheres não pretendeu encontrar a identidade dos agentes referidos, destinatário e remetente, inserindo as autoras no discurso oficial relativo à história das letras no século XVI, mas pretende ampliar e generalizar o conhecimento das instituições, das práticas e dos papéis sociais quinhentistas, com enfoque no lugar das mulheres que escrevem. Como sintetiza Vanda Anastácio: “a escrita das mulheres no período referido [...] não pode ser compreendida fora do universo social em que as autoras se inserem, nem isolada dos discursos masculinos mais difundidos nele, dos papéis que lhes são atribuídos e das representações a que surgem associadas.” (ANASTÁCIO, 2013, p. 21).

O Cód. 8571 ainda traz uma longa (algo repetitiva) mas muito engraçada (que tem piada): “Carta de Helena a Menelau”, paródia das *Heroides*; embora não se possa de certeza considerar que se trate de carta escrita por mulher, Helena defende a sua escolha amorosa pelo troiano Páris – tão belo quanto ela –, aconselhando Menelau e seu irmão Agamemnon a desistirem da Guerra de Troia. Se a nossos olhos parece haver defesa dos direitos da mulher, também se trata em seu tempo de sátira construída com misoginia, isto é, burla que pretende pelo riso morigerar a respeito da conduta feminina. O rosto feminino ainda é focalizado em duas composições do códice em foco: “Exéquias das Rainhas da China” e “Diálogo de la divinal Profesión. Profesión de la Infanta D. Isabel”.

Muito menos se trata aqui, no âmbito das comemorações camonianas, de repetir atos críticos centrados no cacoete de referir tudo apenas ao poeta, mas se trata sim de sugerir a afinidade entre a *persona* do filho jogador amigo de rufiões e a do Camões que se revela em suas cartas em prosa, e também o contraste entre a *persona* da freira e a de Mariana Alcoforado, pois as duas cartas acima lidas se inscrevem no registro da sátira. Objetiva-se, assim, aprofundar e estender o conhecimento das letras durante o período moderno inicial na sociedade monárquica portuguesa, pela revisitação de lugares comuns da monarquia cristã, nos diversos gêneros de escrita praticados por escritores e escritoras.

De posse dos estudos que deram a conhecer a escrita de mulheres, no período anterior ao século XIX, bem como a sua interação com a misoginia da sociedade patriarcal, trata-se de produzir novos argumentos quer em relação à célebre palestra de Virginia Woolf, *A room of one's own*, quer em relação às *Novas Cartas Portuguesas*, em seu *quest* de pensar a escrita já agora não apenas da irmã, mas da mãe de Camões, tomando o poeta, evidentemente, como metonímia que possibilita alargar e aprofundar o conhecimento e a reflexão sobre a prática letrada do passado remoto e as suas circunstâncias específicas, por meio de uma escrita regrada segundo valores hegemônicos.

Referências

ANASTÁCIO, Vanda (org.) *Uma antologia improvável? A escrita das mulheres séculos XVI a XVIII*. Com a colaboração de Inês de Ornellas e Castro, José Félix Duque, Pedro Sena Lino, Isabel Morujão e Hugo Neto. Lisboa, Relógio d'Água, 2013.

DAYBELL, James. The scribal circulation of early modern letters. *Huntington Library Quarterly*, Philadelphia, v. 79, n. 3, p. 365-386, 2016. Doi: <https://doi.org/10.1353/hlq.2016.0020>

DAYBELL, James. Women's letters, literature and conscience in sixteenth-century England Source. *Renaissance Studies*, [s. l.], v. 23, n. 4, p. 516-533, Sep. 2009. Doi: <https://doi.org/10.1111/J.1477-4658.2009.00608.X>

GIBSON, Jonathan. Synchrony and process: editing manuscript miscellanies. *Studies in English Literature, 1500-1900*, Houston, v. 52, n. 1, p. 85-100, 2012. Doi: <https://doi.org/10.2307/41349053>

HANSEN, João Adolfo. Pedra e cal: freiráticos na sátira luso-brasileira do século XVI. *Revista USP*, São Paulo, n. 57, p. 68-85, mar./maio 2003.

HUFTON, Olwen. Altruism and reciprocity: the early Jesuits and their female patrons, *Renaissance Studies*, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 328-353, Sep. 2001. Doi: <https://doi.org/10.1111/1477-4658.00373>

MATOS, Luis de. *L'expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

MIRANDA, Francisco de Sá de. *Poesia*. Edição de Marcia Arruda Franco. Coimbra, CLP/Angelus-Novus, 2011.

MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da língua pôrtugueza composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, Reformado, e Accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2 t.

SARAIVA, Hermano. *Vida ignorada de Luís de Camões*. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1978.

SEVERIM DE FARIA, Manuel de (comp.). *Textos literários: alguns jocosos, textos de carácter histórico, genealógico, apontamentos sobre várias matérias (1551-1650)*. BNP Cód. 8571.

TÍTULO LXXIX: das cartas difamatórias, que se lançam por mal dizer. E dos mexeriqueiros. In: MANUEL I; BOTO, Rui; FERNANDES, Valentim. *Ordenações Manuelinas*. Lisboa: [s. n.], 1513. L. 5, Tit. 79.

Recebido em 31 de março de 2025.

Aprovado em 30 de agosto de 2025.

Resumo/Abstract

Duas sátiras de escritoras anônimas do século XVI

Marcia Arruda Franco

No bojo das comemorações pelos 500 anos do nascimento de Camões, não deixa de ser pertinente apresentar a escrita epistolar satírica de duas mulheres no início do período moderno, cujas cartas ainda se encontram inéditas: “Carta que mandou uma freira a um certo fidalgo em resposta de outra que lhe ele mandou” (BNP Cód.-8571, fol. 7r) e “Carta que mandou uma mulher a seu filho porque se casou a furto” (BNP Cód.-8571, fol. 26). Trata-se de perseguir a investigação a respeito do século de Camões com

o enfoque em aspectos culturais deixados de lado pela grande sombra que a magnética obra do poeta lançou sobre a cultura do seu tempo dentro e fora de Portugal.

Palavras-chave: Reescrever o século XVI, cartas, sátira, escrita de mulheres, BNP Cód.-8571.

Two satires by two anonymous female writers from the 16th century

Marcia Arruda Franco

As part of the celebrations for the 500th anniversary of Camões' birth, I would rather present two satirical letters written by women in early modern period, still unpublished: "Letter sent by a nun to a given nobleman in answer to another he sent" (BNP COD.-8571, fol. 7r) and "Letter sent by a woman to her son because he has married stealthily" (BNP COD.-8571, fol. 26), to pursue an investigation about the century of Camões, aiming at forgotten cultural aspects that the great shadow of his magnetic work has cast over his time and culture in Portugal and abroad.

Keywords: Rewriting 16th century, letters, satire, female writing, BNP COD.-8571.